

Ruralistas estão apreensivos com a Constituinte

Entidades agropecuárias do Estado do Rio, reunidas na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), manifestaram ontem "a mais viva apreensão" com a maneira pela qual os temas trabalhistas e da reforma agrária estão sendo conduzidos na Assembléia Nacional Constituinte, e fizeram um apelo aos congressistas para que tomem "medidas eficazes, despidas de emocionalidade ou radicalização, que garantam a paz no campo".

Entendem os ruralistas, através de nota assinada pelo Coordenador do Conselho de Integração da Agropecuária Fluminense (Ciaf), Ernani do Amaral Peixoto, e do Presidente da SNA, Octavio de Mello Alvarenga, que "a pretexto de garantir direitos aos trabalhadores, urbanos ou rurais", fiquem os empresários e agropecuaristas sem possibilidade de exercer plenamente suas atividades, responsáveis pela "alimentação de uma população em crescente aumento", bem como por "substancial parcela das divisas nacionais".

A GARANTIA

Mantido o texto de Bernardo Cabral

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização manteve ontem o texto do Relator para os primeiros dispositivos do artigo sexto (o sétimo da nova Constituição) do Capítulo II — Dos Direitos Sociais:

Artigo 6 — São direitos Sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

I — garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;

b) falta grave, assim conceituada em lei;

c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho;

II — seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário;

III — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

IV — salário-mínimo nacionalmente unificado capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim.

Afif atribui a Amato e Albano a manutenção da estabilidade

BRASÍLIA — O Deputado Afif Domingos (PL-SP), um dos principais articuladores da substituição da estabilidade pela indenização no projeto de Constituição, responsabilizou ontem os Presidentes da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Albano Franco, e da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Mário Amato, pela derrota das emendas que retiravam a estabilidade prevista no segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Afif lembra que havia um acordo que assegurava a aprovação da emenda dos empresários gaúchos, que previa a garantia do emprego por meio da indenização. Em maioria na Comissão de Sistematização, os "moderados" precisavam apenas manter a unidade. Mas Albano e Amato partiram para negociações com o PMDB, admitindo até mesmo a aprovação do primeiro substitutivo. Desiludido, Afif abandonou as negociações no início desta semana. Ontem, votou contra a emenda Rosenmann — contrariando a vontade dos empresários. Antes da votação, criticou Albano e Amato:

— Eles são os reponsáveis pelo fracasso. A esquerda é minoria, mas está melhor articulada.



Foto de Gustavo Miranda
Afif, defensor do pagamento de indenização, fala na tribuna

Nós estávamos com um acordo fechado e nos perdemos na última hora.

Revoltado, contou como os líderes empresariais se perderam:

— O Albano e o Amato foram cooptados pelo Fernando Henrique, o Nelson Jobim, o José Serra e o Ulysses Guimarães. Ocorre que, como o Luis Antônio Medeiros e o Rogério Magri (líderes sindicais) deram apoio à emenda gaúcha, o PMDB procurou voltar ao primeiro substitutivo, porque tinha compromi-

mentos partidários com o Joaquinão (Joaquim dos Santos Andrade, Presidente da CGT).

Com a ajuda involuntária de um advogado da Fiesp, Gabriel Chaad, os líderes do PMDB convenceram Albano e Amato de que a volta ao primeiro substitutivo não significava a aprovação da estabilidade:

— Fizeram isto porque interessa à cúpula do PMDB aparecer para os empresários como alguém que derrubou a estabilidade. Ao mesmo tempo, poderiam dizer aos trabalhadores

que aprovariam a estabilidade por intermédio do primeiro substitutivo. Precipitados, sem ouvir outras lideranças sindicais e políticas, o Albano e o Amato fecharam o acordo. Quando voltaram à sala do Albano, perceberam, com o auxílio de outros advogados, que o primeiro substitutivo seria problemático.

Outro problema, na opinião de Afif, foi a falta de consulta ao Líder do PFL, José Lourenço, antes do fechamento do acordo:

— O Lourenço não aceitou isto e criou-se o duplo comando. Ninguém sabia a quem seguir. Ai, o PFL votou contra a proposta do PMDB e o PMDB votou contra a proposta dos gaúchos. Criou-se o impasse e, hoje (ontem), eles tentaram a volta ao primeiro substitutivo, com a minha desaprovção. Só que agora o PMDB não quis mais votar nesta proposta e o nosso pessoal ficou sozinho.

Mesmo isolado, Afif defendeu até o fim a substituição da estabilidade pela indenização. Mas os demais representantes dos empresários se rearticularam depois da derrota de quarta-feira, passando a admitir a fixação do princípio da estabilidade na Constituição.

Para Amato, nada está decidido ainda

SÃO PAULO — A questão da estabilidade no emprego vem aumentando a preocupação do Presidente da Fiesp, Mário Amato. Ele considera "um meio termo" o texto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) sobre o assunto, que vem resistindo a todos os destaques até agora votados, por ser melhor do que a "estabilidade pura e simples". A estabilidade e as demissões imotivadas foram exaustivamente debatidas ontem pela Diretoria da entidade com Presidentes de sindicatos patronais.

— A estabilidade não condiz com as necessidades do País, como já reconheceram os dirigentes sindicais Luiz

Antônio Medeiros e Antônio Rogério Magri. Também Jair Meneguelli é contra a demissão imotivada — argumentou, acrescentando: "Nós também somos, o que não queremos é a estabilidade".

Amato apoiava a emenda do Deputado Max Rosenman (PMDB-PR), derrotada ontem na Comissão de Sistematização. Para ele, porém, qualquer solução, agora, terá de incluir a garantia do emprego, contra a demissão imotivada. Uma saída seria adotar, como no primeiro substitutivo de Cabral, indenizações crescentes, correspondendo aos anos de serviço.

O Presidente da Fiesp defendeu que as condições pa-

ra a dispensa de um empregado sejam definidas em lei ordinária, incluindo-se na nova Carta apenas a orientação geral contra a demissão imotivada.

O Tesoureiro da Fiesp, Rui Altenfelder, um dos principais encarregados da ligação com os parlamentares, negou ter havido, em Brasília, tentativa de acordo entre Mário Amato e lideranças sindicais, mesmo porque, argumentou, "os conflitos são de princípios e princípios ninguém negocia". Altenfelder está preocupado com alguns destaques em relação à ordem social, mas demonstrou alívio ao dizer que, "em linhas gerais, o bom senso

está prevalecendo".

Presente à reunião, o Diretor do Departamento Inter-sindical da Fiesp, Roberto Della Manna, expressou-se na mesma linha de Mário Amato, afirmando que a estabilidade plena será prejudicial não só às empresas, mas também aos trabalhadores. Della Manna referiu-se à redução da jornada de trabalho, lembrando que os metalúrgicos de São Paulo já estão com 44 horas. Frisou que a redução será negociada entre os trabalhadores e as indústrias. De qualquer forma, comentou, ainda há a votação no plenário da Constituinte, até lá nada estará definido.